



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO**

Plano de Dados Abertos

2016 / 2018

Dezembro/2016

Reitor

Paulo Roberto de Assis Passos

Pró-Reitor de Administração, Planejamento

Miguel Roberto Muniz Terra

Pró-Reitora de Ensino Técnico

Helena de Souza Torquillo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Elizabeth Augustinho

Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação

Mira Wengert

Pró-Reitor de Extensão

Francisco José Montório Sobral

Diretor de Tecnologia da Informação

Fábio Carlos de Macedo

Índice

Apresentação.....	03
Introdução.....	03
Cenário Institucional.....	04
Objetivo Geral.....	05
Definição dos Dados a Serem Abertos.....	05
Catálogo no Portal de Dados Abertos.....	06
Sustentação dos Dados.....	06
Anexo I - Plano de Ação.....	07
Anexo II - Matriz de Responsabilidade.....	10
Anexo III - Referências.....	10
Anexo IV - Glossário.....	11

Apresentação

Este documento tem o objetivo de definir as diretrizes a serem adotadas para a sistematização da abertura de dados no âmbito do IFRJ, de forma institucionalizada e sistematizada.

Para tal, a elaboração deste documento considerou o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, c/c o art. 8º, § 3º, incisos II, III e VI, da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos do MPOG, Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), Estratégia de Governança Digital (EGD) por meio do Decreto nº 8.638 que institui a Política de Governança Digital e compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência da informação.

A equipe responsável pela elaboração deste documento é composta pelos profissionais da Diretoria de Tecnologia da Informação e das Pró-Reitorias de Ensino.

Neste documento são apresentadas as Estratégias que serão adotadas para a abertura dos dados, detalhando os objetivos a serem alcançados, critérios de seleção adotados para definição dos dados, como será realizado o monitoramento e controle do processo de abertura e as formas de comunicação que serão utilizadas no processo de divulgação, os dados selecionados para a abertura, apresentando as fontes de dados, descrição e local onde as mesmas podem ser acessadas, o Plano de Ação elaborado com vistas a operacionalizar o processo de abertura de dados, descrevendo informações relevantes tais como os temas, ações, metas e prazos, e as unidades responsáveis por cada grupo de dados.

Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ - foi criado de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense.

O IFRJ tem, na sua trajetória, atuado na formação de jovens e adultos trabalhadores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, amparado nos princípios da ética e da cidadania. Nossa perspectiva de uma educação inclusiva tenta resgatar o direito ao conhecimento e à formação profissional de cidadãos, principalmente daqueles historicamente marginalizados, a quem sempre foi negado o direito de participação e intervenção consciente nos grandes temas que norteiam a vida de uma sociedade. Um processo histórico de espoliação e negação dos princípios básicos de cidadania. O direito ao conhecimento, que foi negado a amplas camadas de nosso povo, tem provocado distorções tão gritantes em nossa sociedade, que somente uma intervenção planejada e amparada nos princípios da politecnicidade poderá resgatá-lo, e assim dar início a um novo processo de formação de trabalhadores livres, críticos, conscientes e sujeitos das transformações de que nosso país necessita. Tendo o trabalho como agente educativo, a histórica relação de nossa Instituição com o mundo do trabalho, associada a um modelo democrático de gestão que vimos implementando, credencia-nos para novos desafios.

Esse novo modelo, no qual se baseia a construção dos Institutos Federais, resgata o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico, disponibilizando todo seu aparato cultural e tecnológico à sociedade. O IFRJ se constitui em polo de conhecimento, promovendo atividades culturais nas suas diversas expressões, como nas artes, nos esportes, nas ciências e nas novas tecnologias. Ele atua fortemente no apoio ao desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais, desenvolvendo pesquisa em novos processos e produtos, na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna e atraindo a comunidade externa para somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude.

Cenário Institucional

Este Plano de Dados Abertos se relaciona e está alinhado com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão do IFRJ:

Plano Estratégico Institucional (PEI - 2012/2018)

Tendo como referencial as políticas e diretrizes do MEC expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o IFRJ, como instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, se configura como um instrumento valioso para a implementação das políticas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), devendo tecer, para tanto, relações com as demais instituições que compõem a Rede e, a partir delas, com outras, cujo

o compartilhamento de ideias e ações contribui para o cumprimento de sua missão institucional.

Deve atuar também como agente colaborador na instituição das políticas públicas para a região que polariza, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais, estabelecendo sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública.

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI - 2015/2016)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do IFRJ, tem como base as orientações da Instrução Normativa nº 04 de 12 de novembro de 2010 da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação - SLTI/MPOG, do Tribunal de Contas da União que orienta a criação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito Federal.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI - 2015/2016)

A Tecnologia da Informação e comunicação (TIC) tem um papel fundamental no planejamento e na implantação das estratégias organizacionais. No entanto, fazer o melhor uso da TIC e ampliar a efetividade dessa área tem sido um dos grandes desafios aos quais se propôs a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para enfrentá-los, um dos primeiros compromissos é promover o alinhamento entre a TIC e os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas nos Planos Diretor Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ.

Objetivo Geral

Suscitar a abertura de dados no IFRJ, visando o cumprimento dos princípios da publicidade, transparência e eficiência, como também, a difusão de informações sob o âmbito deste Instituto, de forma a promover meios para o controle social e ofertar subsídios mais qualificados à tomada de decisão por meio do compartilhamento de dados entre a Administração Pública e seus órgãos.

Definição dos Dados a Serem Abertos

A definição dos primeiros conjuntos de dados a serem abertos pelo IFRJ e, portanto, priorizados, foi realizada de forma a atender às solicitações do governo federal considerando sobretudo, a relevância das informações para a sociedade, a capacidade de operacionalização das ações necessárias dentro do prazo previsto e o alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico, de forma a garantir os princípios a publicidade e da transparência da administração pública. Ao longo da implementação da política de dados abertos, o IFRJ promoverá a abertura das seguintes bases de dados sob sua tutela:

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - ProGrad

- Listagem de cursos oferecidos pelo IFRJ contendo breve apresentação e os dados gerais de cada um.

Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico - ProET

- Percentual de candidatos que ingressam nos cursos integrados anuais da educação profissional técnica de nível médio em relação ao número de vagas ofertadas.
- Percentual de candidatos que ingressam nos cursos integrados semestrais da educação profissional técnica de nível médio em relação ao número de vagas ofertadas.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - ProPPI

- Relatório anual contendo informações quantitativas e qualitativas relacionadas aos programas PROPPI.

Catologação no Portal de Dados Abertos

O processo de catalogação será feito diretamente por cada uma das áreas responsáveis pelos dados, com suporte das áreas de Tecnologia da Informação (TI). Para isso, as áreas responsáveis definirão um responsável por essa atividade (pontos focais de cada setor), onde os responsáveis utilizarão o Manual de Catalogação para realizar o cadastro, manutenção e revisão dos conjuntos de dados. A área de TI fará o cadastro dos mantenedores dos metadados no portal.

Sustentação dos Dados

O Programa de Transparência e Acesso a Informações, no âmbito do IFRJ, será de responsabilidade da DTI que ficará responsável pela curadoria dos metadados do Portal Brasileiro de Dados Abertos. A sustentação compreenderá as seguintes atividades:

- a) Verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos

dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);

b) Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;

c) Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura de dados. Ressalta-se que os responsáveis pelas informações são as unidades setoriais, que devem, inclusive, informar a acurácia e qualidade das informações nos metadados respectivos.

Anexos

Anexo I - Plano de Ação

O Plano de Ação apresenta as iniciativas propostas e assumidas pelo IFRJ, definindo prazo para que sejam executadas, bem como as unidades que trabalharão junto ao Programa de Transparência e Acesso a Informações para viabilizar o cumprimento das metas.

Ação	Atividades	Definição	Etapas	Prazo Final	Setor Responsável
Instituir a Política e o Plano de Dados Abertos	Elaboração do Plano Institucional de Dados Abertos.	Elaboração do Plano Institucional de Dados Abertos	- Elaboração da primeira versão do PDA; - Análise das contribuições e consolidação ao Plano; - Elaboração da versão final do PDA.	Dezembro/2016	DTI
	Publicação de Portaria instituindo a política de Dados Abertos.	Publicação, pelo Reitor, de Portaria que instituirá a política de Dados Abertos e aprovará o PDA, estabelecendo as normas e diretrizes que orientam a	-----	Dezembro/2016	Gabinete do Reitor

		política no âmbito do órgão.			
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	PROET
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	PROET
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	PROET
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTI
	- Validar as informações a serem disponibilizadas	-----	-----	Fevereiro/2017	PROET
	- Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e sítio do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	PROET
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	PROGRAD
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	PROGRAD
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	PROGRAD
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTII
	- Validar as informações a serem disponibilizadas	-----	-----	Fevereiro/2017	PROGRAD
	- Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e sítio do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	PROGRAD
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	PROPPI
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	PROPPI
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	PROPPI
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTI
	- Validar as informações a	-----	-----	Fevereiro/2017	PROPPI

	serem disponibilizadas				
	- Publicar dados em formato d dados abertos (dados.gov e sítio do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	PROPPI
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	PROEX
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	PROEX
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	PROEX
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTI
	- Validar as informações a serem disponibilizadas	-----	-----	Fevereiro/2017	PROEX
	- Publicar dados em formato d dados abertos (dados.gov e sítio do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	PROEX
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	PROAD
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	PROAD
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	PROAD
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTI
	- Validar as informações a serem disponibilizadas	-----	-----	Fevereiro/2017	PROAD
	- Publicar dados em formato d dados abertos (dados.gov e sítio do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	PROAD
Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto	- Identificar as origens e formato dos dados	-----	-----	Dezembro/2016	DIEX
	- Definir e descrever o lote de dados a serem abertos	-----	-----	Dezembro/2016	DIEX
	- Definir estratégias para obtenção e extração dos dados	-----	-----	Janeiro/2017	DIEX
	- Construir e executar o processo de extração de carga de dados	-----	-----	Fevereiro/2017	DTI

	- Validar as informações a serem disponibilizadas	-----	-----	Fevereiro/2017	DIEX
	- Publicar dados em formato de dados abertos (dados.gov e site do ifrj)	-----	-----	Dezembro/2016	DIEX

Anexo II - Matriz de Responsabilidade

A Matriz de Responsabilidade lista as bases de dados das Pró-Reitorias e define uma periodicidade para que sejam atualizadas, permitindo que o cidadão tenha acesso às informações mais recentes possíveis, além de designar o setor responsável pela atualização. Esta iniciativa vai ao encontro do plano de sustentabilidade e da necessidade de se evitar a obsolescência dos dados já abertos.

Nome	Descrição	Localização/Publicação	Setor Responsável	Periodicidade
Taxa de ingresso nos cursos técnicos integrados anuais do IFRJ de 2012 a 2016	Percentual de candidatos que ingressam nos cursos integrados anuais da educação profissional técnica de nível médio em relação ao número de vagas ofertadas.	http://www.ifrj.edu.br	PROET	Anual
Taxa de ingresso nos cursos técnicos semestrais do IFRJ de 2012 a 2016	Percentual de candidatos que ingressam nos cursos integrados semestrais da educação profissional técnica de nível médio em relação ao número de vagas ofertadas.	http://www.ifrj.edu.br	PROET	Anual
Cursos de Graduação do IFRJ	Listagem de cursos oferecidos pelo IFRJ contendo breve apresentação e os dados gerais de cada um.	http://www.ifrj.edu.br	PROGRAD	Anual
Relatório de Gestão da PROPPI	Relatório anual contendo informações quantitativas e qualitativas relacionadas aos programas PROPPI.	http://www.ifrj.edu.br	PROPPI	Anual
Discentes em atividade de Extensão - PROEX - referência 2º semestre de 2016 a 1º semestre de	Discentes bolsistas PIBIEX no período 2016/2s a 2017/1s por campus e por curso.	http://www.ifrj.edu.br	PROEX	Anual

2017.				
Relatório de Gestão PROEX 2016	Discentes atendidos com bolsas ofertadas pelo EDITAL DE EXTENSÃO Nº 08/2016 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO – PIBIEX/IFRJ.	http://www.ifrj.edu.br	PROEX	Anual
Relatório de Gestão PROEx 2016	Novos convênios e aditamentos de renovação de convênios para estágio curricular supervisionado, de janeiro a dezembro de 2016, entre o IFRJ e instituições parceiras.	http://www.ifrj.edu.br	PROEX	Anual

Anexo III - Referências

- SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil v1.0", 2012. Disponível em: <<http://www.dados.gov.br/cartilhapublicacao-dados-abertos/>>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). "Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos". Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aert-o/copy_of_manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf>. Acessado em: 05 Abril 2016.
- BRASIL, 2011. " Lei de Acesso a Informação": LAI, Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> . Acessado em: 05 Abril 2016
- Governo eletrônico. "Arquitetura de Interoperabilidade do Governo Eletrônico - e-PING ". Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br> e <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/portaria-no-05-de-14-de-julho-de-2005>>. Acessado em 05 Abril 2016.

- SISP. “Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI”. Disponível em:<http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI_2013-2015_v1_1.pdf>. Acessado em 08Abril 2016.
- Governo eletrônico. “Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - e-MAG”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>>. Acessado em 08 Abril 2016.
- Governo eletrônico. “Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico - e-vog”. Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br>>.Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. “Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico – VCGE”. Disponível em:<<http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge>>. Acessado em 05 Abril 2016.
- Governo eletrônico. “Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, INDA ”. Disponível em:<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutur-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download>>. Acessado em 08 Abril 2016.

Anexo IV - Glossário

Acórdão: decisão de órgão colegiado de um tribunal (câmara, turma, seção, órgão especial, plenário, etc.), que se diferencia da sentença, da decisão interlocutória e do despacho, e representa resumidamente a conclusão a que se chegou, não abrangendo toda a extensão e discussão em que se pautou o julgado, mas tão-somente os principais pontos da discussão;

PDA: Plano de Dados Abertos - documento que orienta ações de implementação e promoção de abertura de dados, organiza o planejamento e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas;

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

Dado: menor informação fornecida ou processada por um computador, logo, Dados são um conjunto de informações (quantitativas, qualitativas, categóricas ou indefinidas) podendo ser organizadas ou não;

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso;

Dados abertos: dados estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;

Dado público: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica;

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

Licença aberta: tipo de licença, que permite amplo acesso a qualquer pessoa que a utilize e redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

Maturidade dos dados: níveis que representam os diferentes estados pelos quais uma organização passa à medida que amadurece no conhecimento, organização, qualidade uso e reuso de seus dados;

Tecnologia da Informação: Recursos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações;

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico—conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral;

e-MAG: Consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação;

e-VoG: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico - conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar o intercâmbio de informações de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal;

JSON: é um acrônimo para JavaScript Object Notation. É um padrão aberto de estruturação de dados baseado em texto e legível por humano;

XML: significa Extensible Markup Language, e é um conjunto de regras para codificar documentos em um formato legível por máquina;

CSV: significa Comma-Separated Values, ou valores separados por vírgula, e é um formato para armazenamento de dados tabulares em texto;

e-SIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal;

Arquivo Legível por Máquina: refere-se a informações ou dados que estejam em um formato que pode ser facilmente processado por um computador, sem intervenção humana, assegurando nenhum significado semântico está perdido;

Governança Digital: Política instituída pelo Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016 e que estabelece a Estratégia de Governança Digital (EGD). Baseia-se no conceito de Governo Digital da OCDE e refere-se ao uso de tecnologias digitais, como parte integrada das estratégias de modernização governamentais, para gerar benefícios para a sociedade;